

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1118>

HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE: análise comparativa da produção de conhecimento do CEA e do CEEI¹

THE HISTORY OF AN INDEPENDENT MOZAMBIQUE: comparative analysis of the knowledge production of the CEA and CEEI

HISTORIA DE MOZAMBIQUE INDEPENDIENTE: análisis comparativo de la producción de conocimiento del CEA y CEEI

ERCÍLIO NEVES BRANDÃO LANGA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8537-0996>

Doutor em Sociologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

São Francisco do Conde-BA, Brasil.

ercilio.langa@unilab.edu.br

Resumo: O artigo analisa a produção de conhecimento do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM) e do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique (CEEI-ISRI). Mobilizou-se a Sociologia do Conhecimento e o método comparativo a partir das variáveis: influência política, liberdade acadêmica e ideologia. O CEA e o CEEI foram duas escolas de pensamento importantes para compreender a história de Moçambique e sua inserção regional. Com pesquisadores nacionais e internacionais prestigiados produziram estudos empíricos, análises rigorosas e relatórios suscetíveis de auxiliar o Estado na governação, condução da política doméstica e externa. Ambos os Centros foram permeados por influência política e interferências na liberdade acadêmica, mas com perspectivas divergentes. Divergiram acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, das origens do conflito com a África do Sul e das causas da guerra civil moçambicana. Suas ideologias revelaram influências governamentais e das conjunturas doméstica, regional e internacional, tendo influenciado e se deixado influenciar pelo poder político vigente.

Palavras-chave: História de Moçambique. Produção de conhecimento. Centros de pesquisa.

Abstract: The article analyzes the knowledge production of the Center for African Studies at Eduardo Mondlane University (CEA-UEM) and the Center for Strategic and International Studies at the Higher Institute of International Relations of Mozambique (CEEI-ISRI). The sociology of knowledge and the comparative method were mobilized based on the following variables: political influence, academic freedom, and ideology. The CEA and the CEEI were two important schools of thought for understanding the history of Mozambique and its regional insertion. With prestigious national and international researchers, they produced empirical studies, rigorous analyses and reports capable of assisting the State in governance and conducting domestic and foreign policy. Both Centers were permeated by political influence and interference in their academic freedom, but with divergent perspectives. They disagreed about the development model adopted by the State, the origins of the conflict with South Africa and the causes of the Mozambican civil war. Their ideologies revealed government influences and domestic, regional and international circumstances, influencing and allowing themselves to be influenced by the current political power.

Keywords: History of Mozambique. Knowledge production. Research center.

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2024 e aprovado para publicação em março de 2024.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

Resumen: El artículo analiza la producción de conocimiento del Centro de Estudios Africanos de la Universidad Eduardo Mondlane (CEA-UEM) y del Centro de Estudios Estratégicos e Internacionales del Instituto Superior de Relaciones Internacionales de Mozambique (CEEI-ISRI). Se utilizó la sociología del conocimiento y el método comparativo a partir de las variables: influencia política, libertad académica e ideología. El CEA y el CEEI fueron dos escuelas de pensamiento importantes para comprender la historia de Mozambique y su inserción regional. Con prestigiosos investigadores nacionales e internacionales, produjeron estudios empíricos, análisis rigurosos e informes capaces de ayudar al Estado en la gobernanza y la conducción de la política interior y exterior. Ambos centros estuvieron permeados por influencia política e interferencia con la libertad académica, pero con perspectivas divergentes. No estuvieron de acuerdo sobre el modelo de desarrollo adoptado por el Estado, los orígenes del conflicto con Sudáfrica y las causas de la guerra civil de Mozambique. Sus ideologías revelaron influencias gubernamentales y circunstancias domésticas, regionales e internacionales, habiendo influido y dejado influir por el poder político actual.

Palabras clave: Historia de Mozambique. Producción de conocimiento. Centro de Investigación.

Apresentação

O artigo analisa a produção de conhecimento em dois centros moçambicanos de pesquisa acadêmica: o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM) e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique (CEEI-ISRI). Procura compreender como a realidade moçambicana foi analisada pelos dois centros de pesquisa no período pós-independência. O CEA e o CEEI foram dois centros de pesquisa sobre Moçambique e sua inserção na África Austral, tendo dominado a produção de conhecimento nacional, período de grandes transformações nacionais, regionais e mundiais. O CEA teve o seu período de hegemonia de produção acadêmica entre 1976 e 1990, e o ISRI entre 1991 e 2000.

Esse período foi de grandes transformações domésticas e internacionais, marcado pela Guerra-Fria, cooperação e conflito de Moçambique com Estados vizinhos e com o bloco socialista, guerra civil no país, implementação de políticas de ajustamento estrutural ao abrigo dos acordos com o FMI/BM, transição do socialismo para o sistema capitalista, acordo de paz e realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique.

O CEA foi criado em janeiro de 1976 como um órgão da Universidade Eduardo Mondlane para colmatar a lacuna na área de pesquisa na área de ciências sociais em Moçambique, após a independência do país (Fernandes, 2012). A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) foi a primeira instituição de ensino superior em Moçambique, existindo desde a década de 1950, ainda durante a colonização portuguesa, e renomeada após a independência. Passada uma década e meia da criação do CEA, foi fundado o CEEI, em 1991, como uma divisão do Centro de Investigação do ISRI, com objetivo de pesquisa científica,

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

acadêmica e aplicada do então Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), criado em fevereiro de 1986.

Durante mais de uma década e meia, o ISRI foi a única instituição acadêmica vocacionada para o ensino de relações internacionais e diplomacia em Moçambique. O CEEI dedicou-se à pesquisa, análise e a publicação de conteúdos sociopolíticos, militares, econômicos e culturais para fins, primordialmente, acadêmicos. As suas pesquisas eram orientadas para o aconselhamento estratégico aos fazedores e implementadores no setor público e privado. No tocante à orientação de pesquisas, o CEEI apresentava duas abordagens: a primeira com orientação política; e a segunda com orientação acadêmica (ISRI, 2021, 2023). Em 2018, no âmbito das reformas do ensino superior em Moçambique, é criada a Universidade Joaquim Chissano, decorrente da fusão entre o ISRI e o Instituto Superior de Administração Pública (ISAP).

Os conhecimentos produzidos nesses dois centros foram fundamentais para a compreensão da história, sociedade e economia moçambicanas, bem como a atuação governamental e a interpretação das dinâmicas regionais e internacionais. Seus estudos empíricos e análises eram susceptíveis de serem utilizados de forma estratégica no desenvolvimento e condução de programas do Estado, na política doméstica e externa, na defesa e segurança interna, como também para a tomada de decisões assertivas, acordos internacionais, de cooperação e no relacionamento com Estados vizinhos. O texto também representa uma pequena contribuição para a compreensão das condições de produção de conhecimento nas ciências sociais e relações internacionais em Moçambique no período pós-independência, com enfoque nas análises produzidas pelo CEA e CEEI sobre Moçambique e a sua inserção na África Austral.

Os dois centros influenciaram e foram alvo de influência ou interferência estatal-político-partidária. No início da década de 1990, o CEA teve como diretor uma figura histórica da elite político-partidária do Estado Moçambicano e do partido da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), algo que terá influenciado a visão e a produção acadêmico-científica do Centro. Já o ISRI foi sempre percebido como uma instituição muito próxima ao partido-Estado, particularmente ligada ao setor de segurança e diplomacia. Grande parte dos agentes de segurança do Estado teve a sua formação nesta instituição e no curso de Relações Internacionais desta.

Há décadas existiu a percepção de estar no ISRI uma das maiores células do partido no poder em Moçambique, tendo em conta as ligações umbilicais entre o setor de segurança interna do Estado e o próprio ISRI. Uma demonstração dessa interferência política

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

aconteceu em finais de junho de 2021, quando o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) impediu a realização de um debate público no CEEI com o tema “Relações entre Moçambique e Tanzânia no Contexto do Extremismo Violento em Cabo-Delgado”, que contaria com a presença de figuras públicas da política moçambicana, como ex-ministros (Reformas [...], 2021).

O texto está organizado em cinco tópicos. No primeiro tópico, apresentam-se a metodologia e a teoria mobilizadas no artigo. No segundo, caracteriza-se o contexto da produção de conhecimento na área das ciências sociais e humanas em Moçambique, no período pós-independência. No terceiro segmento, analisam-se a influência política, a liberdade acadêmica e a ideologia dominante nos dois centros. No quinto segmento, verifica-se a perspectiva desses centros acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e do conflito moçambicano. No sexto tópico, aponta-se o surgimento da perspectiva francesa como alternativa aos dois centros. No sétimo e último, apresentam-se os pontos divergentes entre CEA e CEEI. Como e em qual contexto foi produzido o conhecimento nas ciências sociais e relações internacionais em Moçambique no período pós-independência? Que condições histórico-sociais influenciaram a compreensão da realidade e o pensamento produzido nos referidos centros? Quais as interpretações e/ou perspectivas teóricas dominantes nos centros de pesquisa? Essas são algumas das questões que norteiam o artigo.

Metodologia

O artigo representa uma breve reflexão sobre a produção de conhecimento na área das ciências sociais e humanas de Moçambique no período pós-independência, com enfoque nas análises produzidas nas relações do Estado Moçambicano na África Austral e no contexto da Guerra-Fria. É fruto do levantamento bibliográfico sobre a produção acadêmica do CEA e do CEEI disponíveis em livros, revistas, artigos, boletins sobre Moçambique, disponíveis na Internet, plataformas digitais, blogs e acervos virtuais. Mobiliza-se o método comparativo, a partir do qual compara-se a produção de conhecimento dos dois centros.

A comparação permite mostrar as semelhanças e as diferenças entre os dois centros e seus atores, grau de influência política e de liberdade acadêmica, bem como as ideologias dominantes. Os centros perceberam a mesma realidade de forma distinta. Foram alvo de influência política, ingerências na liberdade acadêmica, mas apresentaram perspectivas teóricas distintas acerca da realidade moçambicana, particularmente no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento político-econômico e social adotado pelo Estado após a Independência e no tocante às causas do conflito moçambicano.

Teoria

Para verificar o conhecimento produzido no CEA e no CEEI movimentou-se a Sociologia do Conhecimento a partir da perspectiva de Karl Mannheim (1967, 1972, 1982), bem como se destacou o papel da *ideologia*, dos *intelectuais* e da *competição* na produção do conhecimento. A Sociologia do Conhecimento de Mannheim emerge no início do século XX, em 1929, destacando-se na década de 1960-70. Mannheim (1982) argumentou que o conhecimento produzido é resultado da vida social e da influência da sociedade sobre os indivíduos. A forma como os indivíduos pensam é resultado da sociedade à qual estão inseridos. Dessa forma, a sociedade é decisiva na formação do indivíduo, a sua forma de pensar e de enxergar o mundo. A Sociologia do Conhecimento estuda as condições sociais de produção. É uma disciplina reflexiva, pois produz conhecimento acerca do conhecimento produzido. O conhecimento produzido é objeto de investigação do conhecimento.

Conforme Mannheim (1967), a Sociologia do Conhecimento é, ao mesmo tempo, uma teoria e um método histórico-sociológico de pesquisa. Trata-se de uma investigação empírica, que utiliza a descrição e a análise estrutural dos modos pelos quais as relações sociais influenciam o pensamento. Ela não indica apenas as correntes e os rumos existentes, mas faz uma análise estrutural dos problemas que surgiram em uma determinada época. Não é somente um informe do que se passou na pesquisa, mas indica as últimas escolhas realizadas pelos cientistas sociais no seu trabalho, as tensões em que vive e que influenciam o seu pensamento, consciente ou inconscientemente, fornecendo uma caracterização predominante de determinado período (Mannheim, 1967).

Em *Ideologia e Utopia*, Mannheim (1972) definiu a Sociologia do Conhecimento como um dos ramos mais novos da Sociologia, que, enquanto teoria, procura analisar a relação entre o conhecimento e a existência humana. Já enquanto pesquisa histórico-sociológica busca traçar formas tomadas por essa relação no desenvolvimento intelectual da humanidade. Esse ramo surge como um campo de pesquisa, que pretende desenvolver as múltiplas conexões que emergiram com a crise do pensamento moderno, particularmente, os laços sociais entre as teorias e os modos de pensamento.

Desse modo, a Sociologia do Conhecimento busca, por um lado, apontar critérios capazes de determinar as interrelações entre o pensamento e a ação dos indivíduos e, por outro, procura desenvolver uma explicação contemporânea acerca dos fatores que

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

condicionam o conhecimento. A Sociologia do Conhecimento assume a tarefa de resolver o problema do condicionamento social do pensamento, reconhecendo a existência de fatores que condicionam a produção do conhecimento, trazendo essas relações para o horizonte da ciência e usando-as para verificar as conclusões das pesquisas que desenvolvemos (Mannheim, 1972). Em outras palavras, pode-se afirmar que a Sociologia do Conhecimento estuda as condições de produção de conhecimento num dado período. Nessa linha de pensamento, denota-se que a forma como os indivíduos pensam e concebem as coisas e ideias está intimamente relacionada ao contexto social e histórico em que vivem ou viveram.

A ideologia

A Sociologia do Conhecimento tem uma relação intrínseca com o conceito de ideologia. O estudo da ideologia objetiva desvenda os enganos e os disfarces mais ou menos conscientes dos grupos, particularmente dos partidos políticos. Entretanto, não interessam à Sociologia do Conhecimento as distorções deliberadas para iludir, mas sim ao modo variável como um objeto se apresenta ao sujeito, conforme a sua pertença a um grupo social. As estruturas mentais dos indivíduos são formadas de forma distinta, conforme o grupo social e a história. Na sua ótica, ideologia refere-se à perspectiva de um pensador ou grupo. Ideologia refere-se ao modo global do sujeito conceber as coisas e é determinada pelo contexto histórico e moral (Mannheim, 1972).

Cada período histórico-social é dominado por um modo de pensamento, o qual determina a forma como os indivíduos veem a realidade e se posicionam. Ao mesmo tempo, em cada período, surgem tendências para conservação e para mudança, que agem de forma conflitante ou antagônica. A tendência conservadora produz ideologias, que tem a finalidade de manter e justificar a ordem social vigente. Ela encara a realidade, as instituições e a ordem social vigente como importantes para a sobrevivência da sociedade. A ideologia é uma expressão do conservadorismo e expressa os pensamentos da classe dominante, visando a estabilidade, a ordem. Na ideologia conservadora, as instituições são fundamentais para o desenvolvimento e a perpetuação da sociedade e da ordem vigentes. Já a utopia leva a mudanças na sociedade, pretendendo justificar a necessidade de mudanças. Assim, ideologia e utopia são duas forças distintas e opostas.

A competição e os intelectuais

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

A competição é outro processo que influencia a produção do conhecimento. Conforme Mannheim (1982), a competição afeta a emergência e a direção do desenvolvimento do conhecimento. Controla não apenas a atividade econômica por meio do mercado, nem o curso dos acontecimentos políticos e sociais, mas fornece, igualmente, o impulso motor de diversas interpretações do mundo, que se revelam expressões intelectuais de grupos conflitantes em luta pelo poder. O autor destaca, particularmente, a competição entre gerações, que, do ponto de vista da história intelectual, representa uma dialética interna no desenvolvimento das ideias, a qual é vista pela Sociologia do Conhecimento como um movimento rítmico da história das ideias afetadas pela competição e pela sucessão de gerações.

Pela ótica de Mannheim (1982), todo o conhecimento é parcial, pois está vinculado à posição social do indivíduo e porque a própria configuração do conhecimento é parcial. Os interesses de uma camada social são suscitados e mantidos pela participação no processo histórico-social e engendram um tipo de concepção de mundo, limitando a capacidade do indivíduo em conhecer a totalidade. Essa limitação só pode ser superada pela síntese das perspectivas individuais. A síntese das perspectivas é a integração das ideias num contexto intelectual mais amplo.

É aí onde entra o papel dos intelectuais, que operam como elementos ativos da síntese das perspectivas. Entretanto, os intelectuais não constituem uma classe, não formam um partido e são incapazes de ação grupal coerente porque têm escassos interesses em comum. Os intelectuais constituem um agregado cuja posição é peculiar por estarem situados entre as classes e não acima delas. Mesmo assim, isso não impede os intelectuais de aderirem a determinados interesses de classe. Os intelectuais têm a característica peculiar de poderem encarar um mesmo problema sob diferentes aspectos ou ângulos. É essa multiplicidade de perspectivas que propicia o alargamento da visão.

A produção de conhecimento em uma sociedade, influenciada pelo contexto histórico-social, classe, ideologia, bem como a parcialidade do conhecimento adquirido e a incapacidade de adquiri-lo na sua totalidade, por um lado. Por outro, os papéis desempenhados pelos intelectuais e pela competição na produção e no refinamento do conhecimento constituem ideias profícuas concebidas por Mannheim (1954, 1982). As variáveis ideologia, competição e intelectuais, mobilizadas por esse autor, ajudam a compreender a produção científica do CEA e do CEEI.

A produção de conhecimento nas ciências sociais no período pós-independência

A produção de conhecimento no campo das ciências sociais no Moçambique independente parte da história social e política do país, das análises sobre o sistema colonial português no território, bem como das relações exteriores estabelecidas pela Frelimo durante a luta de libertação. Por outro lado, o primeiro governo e as suas relações com o bloco socialista, com a África do Sul e com os Estados da África Austral, bem como a guerra civil, as negociações com as Instituições de Bretton Woods e as reformas estruturais que marcam a transição do socialismo para o neoliberalismo, têm sido os principais temas abordados no período pós-independência.

A obra *Lutar por Moçambique*, do nacionalista Eduardo Mondlane – então oficial da ONU formado em ciências sociais nos EUA –, é fundante. Publicada durante a luta armada contra a colonização portuguesa, traz uma leitura social, histórica e geoestratégica de Moçambique. Caracteriza a colonização portuguesa, as relações com os Estados vizinhos e o sistema capitalista e suas consequências para o povo moçambicano. Aborda a resistência dos moçambicanos e a unidade dos diferentes movimentos nacionalistas, antes com caráter étnico-regional em uma frente nacional – a Frelimo. Os últimos capítulos são dedicados às relações internacionais, descrevendo a luta, os ideais e a forma de organização da Frelimo e as relações exteriores do movimento (Mondlane, 1995).

O período pós-independência de Moçambique foi dominado pelo regime marxista-leninista de partido único, reinando a história oficial engendrada pela Frelimo partido-Estado. As publicações existentes são as do Partido-Estado, documentos e relatórios dos Congressos, reprodução de ideias e discursos do Presidente da República (PR). Por outro lado, temos estudos empíricos e análises acadêmicas profícuas produzidos pelo CEA, alinhadas com o sistema político e de governo vigente no país. Nessas publicações, sobressaiu-se a perspectiva teórica marxista, para explicar a realidade doméstica, a conjuntura regional e internacional. O CEA emerge como o primeiro grande centro de pesquisa dentro da única instituição de ensino superior de Moçambique.

Na década de 1990, no exterior, emergem obras, artigos e relatórios de analistas internacionais sobre a guerra civil em Moçambique e o conflito na África Austral. O olhar de analistas estrangeiros, técnicos, cooperantes, professores e pesquisadores ocupa um lugar central no debate sobre Moçambique. É nesse período que surge o CEEI-ISRI, organizando seminários nos quais eram apresentados resultados das pesquisas aos cidadãos nacionais e estrangeiros, dialogando, ouvindo críticas, sugestões (Zacarias, 1991; Abrahamsson e Nilsson, 1994). Moçambique passava por mudanças profundas com a transição de uma economia

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

planificada pelo Estado para uma neoliberal de mercado, privatizações de empresas públicas, processo de democratização, negociações de paz etc. A obra *Moçambique em Transição*, de Abrahamsson e Nilsson (1994), revela-se como a análise mais perspicaz já feita sobre o país, com uma perspectiva interdisciplinar, a qual atravessa a história, a política, a economia, as ciências sociais, as relações internacionais e a política externa de Moçambique.

Nos anos 2000, uma década após a abertura econômica e política do país, surgem análises revisionistas da história da Frelimo e de Moçambique pós-independente ensinada nos livros didáticos, que questionam a narrativa e o discurso oficiais do Partido-Estado. Ao mesmo tempo, emergem obras com relatos autobiográficos de combatentes da luta de libertação e integrantes da Frelimo, que se sobrepõem às tentativas revisionistas da história oficial. Chaves (2019) argumenta que essas obras constituem autobiografias – publicadas a partir de 2001 –, nas quais as relações entre memória e poder se projetam como aliança determinante na condução da história recente. São lembranças da luta armada de libertação e propõem uma história subjetiva aos discursos, que confluem para consolidar a macronarrativa oficial. Essas autobiografias trazem detalhes de acontecimentos históricos domésticos, nomes dos intervenientes, mas não refletem a respeito ou mesmo contradizem o discurso oficial – poucas tocam em assuntos sensíveis, obscuros ou erros cometidos, como execuções, fuzilamentos, campos de reeducação ou produção, clivagens internas na Frelimo, entre outros.

O Centro de Estudos Africanos (CEA)

O CEA foi criado em 1976 na UEM com o objetivo de colmatar a ausência de cursos na área de ciências sociais, na tentativa de construir uma nova historiografia moçambicana distinta da colonial, bem como o uso da ciência para a revolução social e econômica, a partir de uma perspectiva marxista. Mas também com o intuito de produzir conhecimentos sobre a sociedade moçambicana, a sua estrutura econômica e social (Fernandes, 2013). Na ótica desse autor, o CEA emerge no contexto social, político e econômico de Moçambique independente, compromissado com a produção de conhecimento, tentando tanto romper com o passado colonial quanto construir o socialismo. O Estado Moçambicano estava comprometido e engajado com a libertação do país e da região dos domínios de governos de minorias populacionais brancas do *apartheid*.

O CEA foi criado pelo governo de Moçambique liderado por Samora Machel no auge da luta entre o projeto revolucionário marxista da Frelimo e o regime intervencionista do *apartheid* da África do Sul, tendo sido criado para resolver o problema da ausência de quadros na área das ciências sociais, em curto prazo, logo após a independência (Darch,

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

2017). Era constituído por pesquisadores nacionais e uma dezena de pesquisadores internacionais de qualidade, uma equipe multidisciplinar composta por cientistas sociais, sociólogos, antropólogos, historiadores, economistas, estatísticos, jornalistas, possuindo um Núcleo de Estudos da África Austral. Realizava pesquisas coletivas preocupadas com assuntos candentes e urgentes da análise da realidade moçambicana no contexto da África Austral, bem como como a independência do Zimbabwe e a dependência de Moçambique em relação à África do Sul (Fernandes, 2013; Darch, 2017).

O CEA congregou vários historiadores moçambicanos, recém-formados na própria UEM, estando voltado para a pesquisa da História Colonial de Moçambique nos seus primeiros três anos de vida. A pesquisa da História Colonial de Moçambique estava dividida em seções: uma dedicada à África Austral, que inseria Moçambique no seu contexto regional; outra relacionada à História do século XIX; mais uma de Antropologia; e outra de Arqueologia –todas viradas para a pesquisa documental. Nesse período, adentram alguns pesquisadores estrangeiros (Fernandes, 2013).

O CEA desenvolveu a sua primeira pesquisa coletiva, em 1976, acerca da “questão rodesiana”, um estudo encomendado pelo Estado para auxiliar o governo e os militantes da *Zimbabwe African National Union (ZANU)* a compreender os desafios, as tensões e as contradições decorrentes do processo de independência do Zimbabwe, cujas negociações estavam em curso. A partir da perspectiva marxista, os pesquisadores do CEA procuraram compreender as estruturas coloniais econômicas da Rodésia, as classes sociais e o investimento estrangeiro no país vizinho.

De acordo com Darch (2017), quando era diretor, Aquino de Bragança organizou cerca de 12 jovens pesquisadores moçambicanos, majoritariamente historiadores, para pesquisar sobre a história do subsistema regional da África Austral, enfatizando aspectos, como a economia moçambicana. Foi desse trabalho coletivo em economia política que se produziu o relatório sobre o Zimbabwe. Esse estudo mostrou-se um trabalho de pesquisa coletiva, apontando a preocupação com assuntos relevantes e urgentes de Moçambique no contexto da África Austral como pontos fortes do CEA. Coroando os seus esforços de pesquisa, em 1979, sob a direção de Bragança (1977), o CEA publica a obra intitulada *A Questão Rodesiana*, a qual marca a era deste diretor.

Em 1977, chega ao CEA a pesquisadora sul-africana e militante do Partido Comunista Sul-Africano, Ruth First, para dirigir uma pesquisa sobre a mão de obra migrante moçambicana para as minas da África do Sul. Tal pesquisa resultou na grande obra de referência do CEA. First foi nomeada diretora científica do CEA, em 1979, imprimindo novos

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

ritmo e dinâmica de pesquisa diferente ao Centro (Fernandes, 2013). First era comunista convicta e ativista antiapartheid, defensora da via armada para a libertação da África Austral, alinhada com a ideologia da Frelimo e o seu apoio ao ANC (Fernandes, 2013; Darch, 2017).

Era jornalista de profissão e atuava em universidades britânicas e na Universidade de Dar Es Salaam, sendo oriunda de uma família comunista sul-africana. Fora banida da África do Sul por conta do seu ativismo antiapartheid, tendo sido presa por cerca de três meses e meio, além de expulsa do país. Ruth First viu o trabalho no CEA como uma oportunidade de participar na transformação social na África Austral. Ela trouxe vários outros pesquisadores estrangeiros, dirigindo uma pesquisa sobre a exportação de mão de obra no sul de Moçambique para as minas da África do Sul, a qual foi publicada, em 1977, intitulada *O Mineiro Moçambicano*, pelo CEA (CEA-UEM, 1995). A autora também publicou outras obras fora de Moçambique, acerca das guerras portuguesas em África, golpes de estado no continente africano, África do Sul e Namíbia (First, 1971).

Ao mesmo tempo, First recrutou pesquisadores qualificados e garantiu financiamento de doadores europeus para a compra de livros, jornais e revistas, organizou salas, criou núcleo de documentação. Entre 1979 e 1982, Ruth First realizou o *Curso de Desenvolvimento*, com a duração de dois anos, destinado a jovens quadros do Estado e do partido, visando ensiná-los a analisar problemas, para que mais tarde pudessem contribuir para o desenvolvimento de políticas para a transformação social (Darch, 2017).

Entre as pesquisas, obras publicadas pelo CEA e relatórios, destacam-se a o Boletim *Não Vamos Esquecer* e a Revista *Estudos Moçambicanos*. Na produção do CEA, aponta-se a perspectiva do Núcleo da África Austral. A Revista *Estudos Moçambicanos* foi publicada com certa regularidade, mas vai perdendo fôlego à medida das transformações econômicas do país e da sociedade. Além de pesquisadores moçambicanos, o CEA contou com a presença de professores e cooperantes internacionais de distintas nacionalidades, entre americanos, britânicos, belgas, alemães, italianos, holandeses, congolese, sul-africanos, tanzanianos, zimbabwenses. Quase todos partilhavam de ideais marxistas ou socialistas. Havia um alinhamento dos intelectuais do CEA com os movimentos nacionalistas africanos da África do Sul, Zimbabwe e Tanzânia, como o *African National Congress* (ANC), ZANU-PF. Eram claros o alinhamento e a proximidade política e ideológica dos intelectuais do CEA com a Frelimo, por meio de seus diretores Aquino de Bragança, Ruth First e Sérgio Vieira.

Os pesquisadores nacionais do CEA, quase todos recrutados do Curso de História da UEM, tornam-se pesquisadores e, mais tarde, professores da própria UEM, nos cursos de História, Antropologia e Sociologia. Parte dos pesquisadores nacionais e internacionais ficou

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

com a missão de elaborar os manuais de História de Moçambique. Essa missão foi incumbida pelo próprio Samora Machel, de modo a cobrir a lacuna da inexistência de manuais de história do país. Um ano após as mortes de Samora e de Aquino de Bragança, Sérgio Vieira – coronel da Frelimo, que havia ocupado cargos importantes no governo Samora Machel como governador do Banco de Moçambique, ministro da Segurança, ministro da Administração Interna e ministro da Agricultura – foi nomeado diretor do CEA, em 1987, permanecendo até 1982. Era um momento conturbado da história de Moçambique, que passava por reformas socioeconômicas profundas.

Com Sérgio Vieira, o CEA ganhava uma direção mais política. Vieira era um dos ideólogos da Frelimo, da ala marxista radical, um “linha dura”. Nessa época, emergem na Revista *Estudos Moçambicanos* artigos sobre política externa, questões militares, segurança interna e regional, voltadas para a situação interna do país e as suas relações com a África Austral. O próprio Sérgio Vieira assinava alguns desses artigos. Esse diretor inaugurou formalmente uma linha de investigação acerca da política externa de Moçambique, reconhecendo que os atores da Frelimo se confundem com o do governo e que a política externa de Moçambique se inspirava nas relações exteriores da Frelimo (Vieira, 1990).

Na década de 1990, inicia-se um período de declínio do CEA, com menos dinheiro e motivação para a pesquisa, influenciado pelo momento conturbado de transformações político-econômicas e sociais que o país atravessava, caracterizado por mudanças profundas na sociedade com a transição do modelo socialista para o capitalista, abertura econômica para o mercado livre, abertura política com a mudança para a Constituição multipartidária, o auge da guerra civil com a Renamo e a aparente vitória do regime *apartheid* sul-africano sobre Moçambique, bem como as políticas de ajustamento estrutural implementadas sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Nessa época, o CEA recebeu o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, que realiza pesquisas sobre a inserção internacional de Moçambique no sistema-mundo capitalista, organizando artigos e publicando algumas obras, entre as quais, um livro em coautoria com Sérgio Vieira. Assim, a história do CEA confunde-se, em parte, com a história da Frelimo, com influências mútuas. Seus diretores eram membros do partido Frelimo e fizeram parte do governo Samora, com exceção de Ruth First, que era membro do Partido Comunista Sul-africano. First foi quem mais influenciou o caráter ideológico da perspectiva teórica dominante no CEA, visto ser uma marxista convicta, e, com o seu gênio forte, ter vencido a disputa política e de prestígio com Aquino de Bragança.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

No final da década de 1990, chamou atenção a publicação da versão moçambicana da obra *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique* (1997), de Joseph Hanlon, jornalista e cientista social norte-americano, publicada pelo CEA. Hanlon realizou diversas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento em Moçambique, tendo publicado mais de sete obras sobre Moçambique. Apesar de ser americano, Hanlon (1997) mostrou-se o mais feroz entre os críticos dos programas de ajustamento estrutural e da intervenção das Instituições de Bretton Woods, em Moçambique.

O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI)

O CEEI é uma unidade orgânica dependente do ISRI, criada em 1991-1992, com o objetivo de pesquisa científica, acadêmica e aplicada, adotando a sigla CEE-ISRI. Entre os objetivos, à época, estavam coordenar e promover a realização de pesquisas científicas nas áreas política, econômica e social, que conduzissem a melhor definição das estratégias e dos interesses do país e que impulsionassem o processo de desenvolvimento nacional; cooperar na criação de meios de aperfeiçoamento, formação e atualização do pessoal docente e discente do ISRI; promover a realização de eventos acadêmico-científicos, atividades de intercâmbio e cooperação com centros de investigação e organismos congêneres nacionais e estrangeiros.²

O ISRI é a primeira instituição de ensino superior pública vocacionada para a formação de profissionais na área de relações internacionais e diplomacia em Moçambique. Foi criado, em fevereiro de 1986, por decreto do Conselho de Ministros, como uma unidade integrante do sistema nacional de educação, com o objetivo de formar funcionários para o serviço diplomático, consular e outras tarefas inerentes às relações internacionais da então RPM, bem como capacitar pessoal para os diferentes ramos de atividades do MNE e realizar pesquisas científicas sobre questões internacionais para a política externa do país (Moçambique, 1986).

Como resultado de conferências realizadas em 1990, o diretor do ISRI, à época, Agostinho Zacarias organiza a coletânea de artigos intitulada *Repensando as estratégias sobre Moçambique e África Austral* em 1991, que analisa Moçambique enquanto ator internacional, uma obra que conta com artigos de pesquisadores internacionais de diferentes nacionalidades europeias, como sueca, portuguesa, norte-americana, russa e africanas, como sul-africana,

²Informações coletadas no site oficial do ISRI http://www.isri.ac.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=912 e também no site oficial do CEEI <http://ceeiujc.com/>.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

malawiana e zimbabweana. A obra torna-se um marco de distintas análises da época, por diferentes visões sobre Moçambique SADC (Zacarias, 1991). Desde o início, o CEEI organizou conferências, seminários e debates sobre Moçambique e as suas estratégias na África Austral, que resultaram em publicações. Ao mesmo tempo, o CEEI beneficiou-se da presença de pesquisadores internacionais no contexto da ajuda econômica para o desenvolvimento dos países nórdicos à Moçambique, com destaque para Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, que chegam, ao país, na condição de cooperantes dessa ajuda e acabam permanecendo anos, realizando pesquisas e publicando diversas obras relevantes para compreender a política interna e externa, bem como a inserção internacional de Moçambique.

Anders Nilsson é jornalista free-lancer e chegou a Moçambique em 1977 com o objetivo de desenvolver jornalismo fotográfico sobre a guerra e a desestabilização sul-africana em Moçambique. Nilsson passa a trabalhar para o Centro de Pesquisa sobre a Paz e o Desenvolvimento da Universidade de Gotemburgo (Padrigu), partilhando os seus dados do trabalho em Moçambique e realizando consultoria para a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) e para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), da Suécia. Já Hans Abrahamsson foi recrutado pela ASDI, em 1981, para trabalhar em Moçambique. Torna-se pesquisador do Padrigu, ao mesmo tempo em que realiza consultorias para a ASDI e o MNE da Suécia, analisando questões relativas ao setor de transporte na África Austral, produção de bens alimentares e ajuda de emergência internacional. Com o final da guerra em Moçambique em 1992, os dois tornam-se revisores do MNE da Suécia para a cooperação estatal internacional entre Suécia e Moçambique (Abrahamsson; Nilsson, 1994).

Em 1994, publicam, em Maputo, a obra *Moçambique em Transição*, que se torna referência na análise sobre o desenvolvimento no país. Em suas análises e obras, Abrahamsson e Nilsson mostram neutralidade e distanciamento axiológico sobre a realidade moçambicana, não tomando partido. Mesmo ocupando lugares importantes de tomadas de decisões políticas e econômico-financeiros e de prestígio na ASDI, MNE, da Suécia, e na cooperação do país nórdico com Moçambique, esses lugares nunca influenciaram os seus destinos, mantendo-se neutros e quase invisíveis.

Abrahamsson e Nilson (1994) chamam atenção para a ausência de análises independentes tanto no período colonial como no pós-independência, nos quais os livros e artigos produzidos sempre tomaram partido. As análises do período colonial tinham objetivo de ilustrar o sistema colonial português, já as abordagens sobre a vida político-econômica de

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

Moçambique pós-1975 assumiam uma visão positiva e solidária acerca da estratégia de desenvolvimento socialista da Frelimo.

Esses consultores propõem uma análise globalística para compreender Moçambique, destacando as interações de fatores externos e internos, que influenciaram a estratégia de desenvolvimento. Ressaltam que, com a internacionalização e a globalização, a análise dos fatores externos não se podia limitar à África Austral e às relações com a África do Sul, sendo necessário incluir as mudanças político-econômicas globais, que influenciaram direta ou indiretamente o nível doméstico (Abrahamsson; Nilsson, 1994).

A obra representa a análise mais completa e perspicaz sobre o desenvolvimento de Moçambique, pela diversidade de análises e de temas, que vão desde a colonização portuguesa, luta armada, governação da Frelimo, estratégias de desenvolvimento, contexto e cooperação internacional, até economia política, relações internacionais, política externa, economia socialista e capitalista, conflito armado, processo de paz e cenários de futuro.

Já Iraê Lundin –brasileira, professora no ISRI e integrante do CEEI, formada na Universidade de Gotemburgo da Suécia – participou do processo de paz em Moçambique. Na sua ótica, a Guerra-Fria era uma das razões do conflito moçambicano, na qual o fato dos países estarem alinhados em um bloco os tornava alvo de desestabilização por parte de outro bloco. Na Guerra-Fria, os conflitos eram travados longe dos centros de decisão dos dois polos de poder, e Moçambique passou a ser um dos teatros de guerra (Lundin, 2015). No CEEI, destacam-se pesquisadores como Agostinho Zacarias, Hans Abrahamsson, Anders Nilsson, Iraê Lundin, António Gaspar, entre outros, considerados do grupo pioneiro do Centro.

A perspectiva francesa: uma terceira escola?

Nos debates acerca do modelo de desenvolvimento políticoeconômico e das causas da guerra civil moçambicana, para além dos pontos de vista dos autores integrantes do CEA e do CEEI, destacou-se uma terceira perspectiva analítica. Ao analisar o perfil do conflito armado em Moçambique, Lalá (2002) é a autora que melhor sintetiza as distinções das três correntes explicativas acerca do conflito moçambicano.

Conforme esta autora, pesquisadores como William Minter, Alex Vines, Bridget O’Laughlin e, John Saul definiram o conflito moçambicano como operação externa de desestabilização e a Renamo seu instrumento em Moçambique. Enquanto autores como Abrahamsson e, Nilsson parte da teoria da sociedade mundial e analisaram o conflito do ponto de vista de outras unidades, sem conferir primazia ao Estado, fugindo assim da dicotomia

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

intraestatal e interestatal. Por último, estudiosos franceses como Michel Cahen, Christian Geffray e o britânico William Clarence-Smith entenderam a guerra conduzida pela Renamo como uma reação da oposição doméstica às políticas e ideologia socialistas adotadas pela Frelimo, enfatizando a natureza interna do conflito (Lalá, 2002).

Por sua vez, Shikhani (2006) advoga a existência de uma terceira corrente, a qual defende causas internas como estando na origem da guerra, trazendo, assim, uma nova abordagem, que faz uma interpretação social do conflito para além daqueles de ordem política. Pela primeira vez, admitiam-se contradições de natureza político-econômica ou social, em que setores da sociedade moçambicana teriam ficado desapontados ou sido marginalizados no processo de construção do Estado. Tais setores, conscientemente ou não, estiveram na origem do conflito ou podem ter sido a base de apoio ou de sustentação do conflito. Entre os apologistas dessa corrente acadêmica distinguem-se Michel Cahen, Christian Geffray e Dan O 'Meara (Shikhani, 2006).

Os franceses Geffray (1991) e Cahen (2015, 2019) reconheceram o papel das tensões, os conflitos regionais e internacionais e a agressão estrangeira, que favoreceram a criação da Renamo. Questionaram, ainda, a legitimidade interna da Frelimo enquanto grupo hegemônico do Sul do país, mas minoritário, cujas ideias contrastavam com os grupos majoritários do Centro e Norte. Argumentaram que a Renamo se constituiu um *corpus* social, existiu e sobreviveu enquanto movimento rebelde e desenvolveu uma guerra bem-sucedida porque tinha apoio interno de grupos de moçambicanos: dissidentes da Frelimo, camponeses, autoridades tradicionais, empresários e setores de elite descontentes com as políticas socioeconômicas e de desenvolvimento do governo de Maputo.

A Renamo seria um grupo interno moçambicano, que contestava as políticas doméstica e externa da Frelimo. Dessa forma, esses autores enfatizaram a dimensão dos fatores internos na interpretação sobre as estratégias de desenvolvimento e do conflito moçambicano. A imposição do socialismo, o autoritarismo, os aldeamentos comunais forçaram o deslocamento de milhares de camponeses de suas regiões de origem. As cooperativas e *machambas* coletivas visavam somente a subsistência e impediam a comercialização dos produtos a preços de mercado, vendendo-os a preços fixados pelo Estado, preocupados somente com a segurança alimentar. A proibição de práticas culturais, como o *lobolo*, os cultos de evocação aos antepassados, a perseguição às autoridades e à medicina tradicionais, régulos, curandeiros e feiticeiros, a nacionalização de prédios e outras infraestruturas de rendimento privado, de serviços funerários, bancários, de seguro e de

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

advocacia, da educação, saúde, entre outros, geraram prejuízos a setores empresariais, eram parte das causas da guerra e empecilhos ao pleno desenvolvimento de Moçambique.

Dessa forma, teríamos duas perspectivas distintas entre o CEA e o CEEI, com o segundo centro a adotar uma abordagem menos ideológica e mais aceita por pesquisadores nacionais e internacionais fora da esfera da Frelimo. Entre 1976 e 1992, o CEA adotou uma perspectiva teórico-marxista em todas as suas análises, a qual foi adotada pelos seus diretores e pesquisadores internacionais e nacionais, incluindo aqueles oriundos de países europeus capitalistas como Grã-Bretanha, Alemanha etc. Tal perspectiva de análise foi natural, levando-se em conta o contexto vigente, as pesquisas realizadas e os objetivos perseguidos.

A perspectiva globalística do CEEI superou o marxismo do CEA e a sua argumentação de que a agressão estrangeira afetou a estratégia de desenvolvimento interno e de que a mão externa criou a Renamo e apoiou a sua guerra de desestabilização. Como também suplantou o entendimento dos fatores internos sobre a má condução da política doméstica, como empecilho ao desenvolvimento pleno do país e das clivagens da Frelimo, fazendo interagir os fatores externos e internos. A perspectiva francesa, a partir das obras e ideias de Geffray (1991) e Cahen (2015, 2019), impactou, e ainda impacta, significativamente, não somente os dois centros, mas a produção intelectual acerca do conflito moçambicano e suas causas, mas também acerca da hegemonia partidária.

Influência política, liberdade acadêmica e ideologia dominante no CEA e no CEEI

As transições políticoeconômicas e sociais desempenharam papel importante em Moçambique. Lala (2002) destaca duas transições que moldaram o país: a passagem de um sistema de orientação econômica socialista para um sistema de orientação econômica capitalista, da guerra para a paz e, de um sistema político monopartidário para um sistema político multipartidário.

Autores como Shikhani (2012) apontam que alterações na governação a partir de 1983 e a guerra-civil forçaram uma mudança estratégica na política externa e doméstica. A partir de meados de 1980, a Frelimo decidiu pela transição do sistema político e socioeconômico socialista para um sistema orientado para o Ocidente. Em finais de 1990, adota uma nova Constituição, a qual previa um sistema político multipartidário e a transformação da economia centralmente planificada para uma orientada para o mercado. As mudanças ocorreram em meio a pressões dos doadores internacionais num momento em que o país estava devastado pela guerra, considerado o Estado mais pobre do mundo e dependente

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

da ajuda dos doadores. Por outro lado, essa mudança político-econômica visava minar o apoio externo à Renamo.

Com a assinatura do Acordo de Nkomati, em 1984, entre o PR Samora Machel e Pieter Botha PM, da África do Sul, há um êxodo de professores e pesquisadores estrangeiros do CEA – particularmente, os sul-africanos e zimbabwianos ligados ao ANC e ZANU –, que abandonam Moçambique decepcionados com o Acordo assinado por Machel. Ao mesmo tempo, a Frelimo torna-se mais coercitiva e hegemônica na sociedade moçambicana, diminuindo o espaço de discussão aberta que o CEA havia conquistado. Dessa forma, outro grupo de pesquisadores estrangeiros desliga-se de Moçambique e do trabalho de ensino e pesquisa no Centro (Fernandes, 2011).

Esse investigador chama atenção para a existência de relações entre o campo científico e o campo político-partidário em Moçambique, nesse período, bem como para o caráter ambíguo do trabalho científico do CEA e a sua relação de proximidade/distanciamento com o poder político. O tipo de pesquisa produzido respondia às preocupações relevantes do governo e privilegiava o paradigma da economia política marxista para explicar a realidade socioeconômica de Moçambique. O CEA estava intimamente ligado com o projeto político da construção das lutas de libertação na África Austral (Fernandes, 2013).

Relativamente ao CEEI, também se percebe um alinhamento com o Partido-Estado. Grande parte dos operativos do Serviço Interno de Segurança do Estado (SISE) é formada no ISRI, que parece funcionar como centro de recrutamento de agentes da polícia secreta moçambicana³. Ainda que existam a Escola de Formação Básica de Polícias, criada em 1974, e a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), uma instituição de ensino superior vocacionada para a formação policial, que oferece cursos para a área policial e de investigação, fundada em 1999, é do ISRI que é oriunda grande parte dos integrantes dos serviços secretos moçambicanos.⁴ Tudo indica que as relações internacionais são vistas sob o ponto de vista da segurança pelo Estado Moçambicano. Há décadas que parece existir uma coincidência ou uma imbricação profunda entre os candidatos que passam nos exames de

³ O SISE é herdeiro do Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), um órgão militar e paramilitar de inteligência do governo para garantir a segurança do Estado, possuindo superpoderes determinados pela Constituição, prestando contas somente ao PR. A SNASP era a polícia secreta do governo, que disponibilizava informações estratégicas ao Estado e deveria proteger a soberania e independência do país. Em 1991, no âmbito das reformas governamentais, o SNASP passou a chamar-se SISE, mantendo os poderes objetivos e o *modus operandi*.

⁴ Além da ACIPOL, existem a Escola de Formação Policial Básica em Matalana, fundada em 1974, e a Academia Militar Samora Machel, criada em 2003, lecionando cursos superiores militares ligados aos ramos do exército e civis relacionados à administração pública.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

admissão ao ISRI e a sua afinidade política com a Frelimo, ou vice-versa, entre a ideologia política dos candidatos e a sua preferência pelo ISRI.

Um exemplo dessa possível relação foi o julgamento do maior escândalo político-financeiro de Moçambique, conhecido como caso das “dívidas ocultas”, que envolveu o desvio de cerca de 2 bilhões de dólares norte-americanos, resultantes de empréstimos contraídos por funcionários públicos de alto-escalão do Estado Moçambique, em bancos internacionais europeus, por agentes do setor de segurança, da presidência da República, seus familiares etc. Parte dos réus julgados e condenados dispunha de formação em Relações Internacionais no ISRI e teve utilizado o conhecimento adquirido durante a formação para justificar o projeto de segurança marítima na origem das “dívidas ocultas”.

De acordo com Gaspar (2015), as estratégias de defesa e segurança colocadas em prática durante o regime de partido único moldaram a natureza do quadro jurídico e institucional dos governos posteriores. Os conflitos armados com a Renamo, a África do Sul e a Rodésia, além da ênfase nos esforços de segurança, por meio da construção de instituições militares e agência de inteligência fortes com o objetivo de enfrentar as ameaças externas e internas e se antecipar aos possíveis ataques, criaram um direito à informação limitado e legalmente restrito pela lógica do sistema de partido único e pela dinâmica da própria guerra. Mesmo após o fim desses conflitos, a lógica continuou a mesma.

Parte dos embaixadores, cônsules e diplomatas moçambicanos de carreira afetos às representações de Moçambique no exterior é proveniente do ISRI. A outra parte de representantes moçambicanos é oriunda do setor de segurança do Estado, operacionais dos serviços secretos. Por outro lado, também têm sido agraciados, com cargos de embaixadores, ex-ministros e ex-deputados, que mantêm algum prestígio após deixarem os cargos, conforme a confiança política do PR e do Partido-Estado. Passados quase trinta anos da introdução do multipartidarismo e da democratização, a interferência política na academia moçambicana e nos centros de pesquisa prossegue até os dias de hoje. Um exemplo nesse sentido ocorreu, no ano 2021: o CEEI/ISRI foi alvo de uma intervenção do SISE, conforme narra o *Jornal Zambeze*, na sua edição de 05 de agosto de 2021⁵.

Como parte deste esforço, o Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE) travou a realização de um evento público do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI) e Escola Superior de Relações

⁵ Em 2018, no âmbito da reforma do ensino superior promovida pelo governo de Moçambique, o ISRI e o Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) são alvo de fusão, passando a se chamar Universidade Joaquim Chissano (UJC), efetivado pelo Decreto nº. 85/2018, aprovado pelo Conselho de Ministros, em dezembro de 2018.

Internacionais na Universidade Joaquim Chissano (UJC). Previsto para 30 de Junho, o evento tinha como tema ‘Relações entre Moçambique e Tanzânia no Contexto do Extremismo Violento em Cabo-Delgado’ e iria contar com as intervenções de Luísa Diogo, antiga PM do Governo de Armando Guebuza, e Tomaz Salomão, antigo secretário executivo da SADC e ministro de várias pastas, entre outros. Um dia antes da realização do evento, que teria participação de representantes de missões diplomáticas acreditadas em Maputo, agentes do SISE abordaram o diretor da UJC, José Magode, no sentido de cancelar imediatamente o evento, com a justificação de que a sua realização poderia prejudicar o esforço do Governo para a normalização das relações com a Tanzânia (Reformas [...], 2021, p. 3).

Como mostra a notícia, o CEEI ainda se revela um espaço de influência política da Frelimo e do governo, particularmente do SISE, que ditam o que pode ser discutido no Centro.

O modelo de desenvolvimento e o conflito moçambicano na perspectiva dos CEA e do CEEI

A UEM e o ISRI, enquanto instituições de ensino superior, nasceram com o objetivo de formar quadros e capacitar funcionários do Estado Moçambicano. Dessa forma, o CEA e o CEEI, como centros de pesquisa, também mantinham ligações com o Partido-Estado. O CEA operava como máquina pensante, que oferecia o discurso científico e o CEEI, mas também cursos sobre Desenvolvimento a funcionários do Estado. Já o CEEI formava funcionários para o serviço diplomático e consular, um veículo operativo de onde saíram profissionais, diplomatas e oficiais de segurança do partido-Estado. Pode-se pensar, portanto, esses centros como células políticas do Partido-Estado.

As perspectivas teóricas e de análises do CEA estavam alinhadas com as da Frelimo e com o discurso oficial do Estado. Na realidade, parecia ser o CEA que embasava as análises e os discursos científicos da Frelimo. Já o CEEI, emergindo na década de 1990, parece assimilar as mudanças de paradigma teórico e adotar uma perspectiva mais flexível e alinhada com o mundo ocidental. Enquanto centros de pesquisa científica, o CEA e o CEEI divergem, essencialmente, na interpretação acerca da estratégia de desenvolvimento adotada pela Frelimo Partido-Estado e do conflito moçambicano, a sua gênese e nomeação.

De acordo com Lalá (2002), o conflito moçambicano foi analisado por distintos estudiosos como uma guerra de desestabilização desenvolvida pelos regimes minoritários brancos da região em resposta ao apoio prestado pela Frelimo aos movimentos nacionalistas negros. Depois, porém, essa guerra de desestabilização tomou uma dimensão interna,

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

dificultando a sua caracterização por meio de categorias binárias e opostas tradicionais de um conflito interestatal ou intraestatal. Na sua ótica, o conflito moçambicano possuía ambas as dimensões e estava ligado ao contexto internacional da bipolaridade, confirmado pelo financiamento, por apoios técnicos e logísticos dados à Frelimo e à Renamo, permitindo o seu entendimento dentro dos conflitos da sociedade mundial.

Para Shikhani (2006), na interpretação do conflito armado entre a Frelimo e a Renamo, o CEA privilegiava os fatores externos, designando-o de “guerra de desestabilização”. O CEA era o centro pensante do regime da Frelimo, particularmente do seu departamento da África Austral, um centro intelectual antiapartheid. Ele menciona nomes de pesquisadores nacionais e internacionais, particularmente, sul-africanos, como partidários da corrente da desestabilização, situando-os na fase pioneira do centro, como: Aquino de Bragança, Ruth First, William Minter, Robert Davies, Mark Wuyts, Bridget O’Laughlin, Sipho Dlamini, Dan O’Meara, Albie Sachs, John Saul etc. (Shikhani, 2006).

Lalá (2002) aponta que esses estudiosos, primeiramente, definiam o conflito como uma operação externa de desestabilização e a Renamo como o seu instrumento no território moçambicano. Já autores como Cahen, Clarence Smith e Geffray entendiam a Renamo como uma reação da oposição doméstica às políticas e à ideologia socialista adotadas pela Frelimo, enfatizando a natureza interna do conflito. Na sua ótica, especialistas, como Nilsson, examinam o conflito do ponto de vista de outras unidades de análise, não conferindo primazia ao Estado e permitindo a dissolução da dicotomia interestatal e intraestatal (Lalá, 2002).

Assim, intelectuais, como Joseph Hanlon, Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, Alex Vines, Phyllis Johnson, David Martin etc., fariam parte da segunda corrente, defendendo que o conflito moçambicano teve origem num contexto mais amplo de bipolarização da Guerra-Fria. Esses pesquisadores concordariam que a guerra teve origem externa no contexto regional da África Austral, cujos atores principais eram o regime do *apartheid* da África do Sul e os regimes de Angola e Moçambique, mas que esse conflito regional estava subordinado ao conflito maior, que era a Guerra-Fria (Shikhani, 2006). Segundo ele, essa seria a perspectiva mais aceita sobre o conflito. Esta segunda corrente converge com as análises do CEEI, cuja visão mostra-se presente nos escritos de pesquisadores estrangeiros, a exemplo de Abrahamsson e Nilsson (1994), Lundin (2015) e Minter (1998).

CEA e CEEI: duas escolas de pensamento divergentes

No tocante aos temas e à prática de pesquisa no CEA, Darch (2017) afirma que esse centro desenvolveu, rapidamente, um conjunto de práticas metodológicas e uma

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

perspectiva crítica, como o trabalho coletivo, a integração entre investigação e ensino, com ênfase em problemas práticos de produção, além do reconhecimento da conexão entre economias da África do Austral como um único sistema. Essa perspectiva seria característica da “escola moçambicana” nas ciências sociais africanas.

O autor reconhece que havia uma abordagem de estudos estratégicos em torno da guerra de desestabilização no CEA. À medida que a guerra ganhava ritmo e impactava outros países, o trabalho focou na dinâmica das relações África do Sul-Moçambique, procurando-se compreender a estratégia sul-africana, constituiu-se essa “escola moçambicana”, uma espécie de estudos estratégicos, mais tarde, virou uma tentativa de desenvolver uma economia política da região (Darch, 2017). Tal escola manifestava-se tanto nos métodos de pesquisa como no engajamento político e até na escolha de um público-leitor, essencialmente moçambicano, ao publicar os seus relatórios de pesquisa somente em língua portuguesa. Por outro lado, foi caracterizada por uma visão global da África Austral como região, pelo engajamento crítico com o processo revolucionário em Moçambique e forte compromisso com métodos de trabalho coletivo (Darch, 2017).

O CEA apresentou-se como um berço ideológico, pois os seus integrantes, pesquisadores, professores e sua produção científica eram claramente alinhados com o partido Frelimo e a ideologia marxista. Na realidade, foi esse centro que deu base científica aos discursos da Frelimo e acabou sendo influenciado por partido. Havia uma influência recíproca entre os pesquisadores, a produção científica e o partido Frelimo. De fato, o conhecimento produzido pelo CEA foi movimentado pelo Partido-Estado nas suas relações com Estados vizinhos, e o seu discurso oficial sobre a África Austral e acerca da Renamo foi gestado neste Centro. Por outro lado, o projeto revolucionário e as relações exteriores da Frelimo e do Estado foram utilizadas para angariar professores e pesquisadores para o CEA. Houve influência recíproca entre o centro e o poder político.

O CEA destacou-se como um centro de produção de conhecimento e de legitimação do Estado moçambicano, privilegiando uma perspectiva marxista em suas análises. Uma das características marcantes era um centro de estudos antiapartheid. Os diretores eram ideologicamente próximos ao poder político, a quadros do partido desde a luta colonial, alguns dos quais tendo ocupado cargos de confiança junto ao presidente Samora Machel. Foi tido como um órgão do Estado, cujos diretores eram comprometidos com o marxismo e o socialismo moçambicano, bem como gozavam de certa influência no meio político do país. Os seus professores e pesquisadores estrangeiros eram renomados nos seus países de origem. Ainda assim, esses estudiosos não foram consultados pelo poder político ou

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

executivo em momentos e questões importantes quanto às relações internacionais, à política externa e à diplomacia moçambicanas, como no Acordo de Nkomáti ou no estabelecimento de relações internacionais com países, como a Indonésia e Marrocos, que mantinham colônias.

Já o CEEI, visto, durante muito tempo, quer com atração quer com desconfiança pelos jovens moçambicanos, por suas supostas ligações com o partido-Estado, foi tido como uma grande célula da Frelimo, local de formação ou de pessoas ligadas ao SISE, ao setor da segurança, responsável por desaparecimento e por prisões ilegais de cidadãos civis.

Ainda assim, essa influência político-partidária revelou-se pouco significativa na produção científica e acadêmica do CEEI. A produção acadêmica do CEEI manteve-se relativamente independente da influência político-partidária. É o CEEI quem deveria formar os diplomatas e embaixadores moçambicanos, seus conhecimentos teóricos e práticos. Desse modo, apesar de ser referência na produção de debates e conhecimentos na área de relações internacionais, contribuindo com papel político, acadêmico e social, durante muitos anos, nos processos seletivos do ISRI, havia entrada significativa de candidatos com ligações políticas ao partido no poder.

O CEEI destacou-se como um centro de excelência em pesquisa científica, acadêmica e aplicada, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome. O CEEI apresentava uma perspectiva analítica, que compreendia a realidade moçambicana, a problemática do desenvolvimento no país, a guerra-civil moçambicana dentro do cenário mundial da Guerra-Fria, do contexto regional da África Austral, além das clivagens do *apartheid* com os regimes marxistas de Angola e Moçambique. Por meio de seminários de pesquisa e reflexões em cima dos acontecimentos vivenciados por Moçambique, no final da Guerra-Fria, o CEEI irá realizar pesquisas e análises objetivas dos fatos e eventos, refletindo acerca das escolhas dos modelos políticos adotados no passado recente (Abrahamsson; Nilsson, 1994).

A escola de pensamento, surgida a partir do CEEI, também precisa ser analisada sob o ponto de vista dos resultados. O Acordo Geral de Paz, o qual pôs fim ao conflito armado que durava há dezesseis, foi uma vitória da “fórmula italiana” por parte dos padres da Comunidade Santo Egídio da Igreja Católica e da Comunidade Internacional, e não da diplomacia moçambicana ou dos conselhos dos analistas do CEA ou do CEEI. Assim como não houve participação do CEA ou CEEI nas negociações do Estado Moçambicano com as Instituições de Bretton Woods.

Enquanto diretor do CEA, Vieira (1990) afirmava que a política externa de Moçambique era inspirada nas relações exteriores desenvolvidas pela Frelimo durante a luta

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

armada contra a colonização portuguesa, fruto de suas alianças políticas da Guerra-Fria e do contexto regional na África Austral. Essa política definia como objetivo acabar com a colonização portuguesa em Moçambique, priorizava as relações internacionais com Estados amigos. Também procurava convencer organizações políticas, religiosas e sociais dos países ocidentais.

A Frelimo e o Estado moçambicano desenvolviam esforços diplomáticos para conquistar novos amigos e tornar mais vasta a aliança de forças contra a colonização, multiplicando os contatos e as missões junto às mais variadas forças políticas contrárias ao sistema colonial: estatais, políticas, religiosas, sindicais. A solidariedade internacional era fundamental na política externa, implicando posições firmes, condenando Estados colonialistas, tentativas de secessão em África e respeitando as suas amizades tradicionais e estratégicas, não interferindo, assim, nos assuntos internos dos Estados (Vieira, 1990).

Ao analisar a diplomacia no mundo, Morgenthau (2003) chamou atenção para a qualidade da diplomacia na formação do poder de um Estado. Uma diplomacia de alta qualidade conseguirá que os meios e os fins da política externa sejam harmonizados com os recursos existentes do poder nacional, explorando os recursos ocultos do poder nacional e transformando-os, de forma completa e segura, em resultados práticos. Na ótica desse autor, a diplomacia pode estabelecer alianças estratégicas e/ou acordos com atores e estados poderosos, compensando, dessa forma, as suas fraquezas ou incapacidades militares, ou o seu reduzido *hardpower*. As nações precisam apoiar-se na qualidade de sua diplomacia, um elemento catalisador para os diferentes fatores que constituem o poder. Assim, torna-se necessário manter uma boa qualidade do serviço diplomático (Morgenthau, 2003).

No caso moçambicano, os embaixadores e os representantes do país no exterior nem sempre foram e são indivíduos formados em relações internacionais, áreas afins ou mesmo diplomatas de carreiras, mas, integrantes do partido-Estado, ou com algum tipo de conexão, indicados por confiança política, conforme o grau de comprometimento com o partido e a ideologia vigente.

Considerações finais

O CEA e o CEEI foram fundamentais para pensar e refletir acerca de Moçambique no período pós-independência. Diretamente ou indiretamente, as pesquisas e os debates desenvolvidos mostraram a existência de discussões sobre os rumos que o país tomava, a inserção regional e internacional de Moçambique, além das estratégias de

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

desenvolvimento socioeconômico. Os seus estudos consideraram a África Austral como um sistema socioeconômico interligado, com uma interdependência entre os países.

Entretanto, as suas análises divergiram no tocante aos fatores internos ou externos, que explicavam o desenvolvimento de Moçambique, bem como nas perspectivas teóricas para ler a realidade política e socioeconômica. Os dois centros foram alvo de influência e de interferência política, que afetou a autonomia acadêmica, mais visível no CEA. O CEA mais próximo do poder político, permeado por ativismo e militância política, diretamente controlado pelo Estado. Já o CEEI mantém certo distanciamento político, mas ausente de críticas ao regime vigente. As duas escolas de pensamento eram constituídas por pesquisadores nacionais e internacionais, bem como por pesquisadores militantes partidários com experiência profissional governamental.

Em alguns momentos da história de Moçambique, houve tentativas de controle do conhecimento produzido e de cerceamento de determinadas pautas e discussões dos centros por parte Partido-Estado. Exemplo disso foi o fechamento da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e as desconfianças em relação a cursos, como o de Ciência Política durante o período socialista. Em outros momentos, pesquisas foram incumbidas pelo poder político, e pesquisadores selecionados pelo Estado.

A produção científica dos dois centros aponta para a existência de duas escolas de pensamento moçambicano, cuja marca é a compreensão da economia moçambicana, das relações socioeconômicas estabelecidas pelo regime colonial português, a preocupação com a estratégia de desenvolvimento do país, a inserção regional na África Austral, as relações com Estados vizinhos, o conflito armado e a reinserção no sistema internacional a partir das negociações com as instituições de Bretton Woods. Entre os pontos fracos da escola moçambicana, estão a ausência de debates sobre a segurança interna e internacional, a prevenção e a resolução de conflitos, bem como os estudos da paz. Por conta do regime político vigente e da conjuntura nacional e regional, houve limites da influência da produção de ambos os centros na formulação de políticas estatais, no distanciamento em relação ao processo de paz e na redefinição do modelo de desenvolvimento econômico.

Referências

Bibliografia

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. 1. ed. Tradução de Dulce Leiria. Maputo: Padrigu; CEEI-ISRI, 1994.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

BRAGANÇA, Aquino (dir.). *A Questão Rodesiana*. Maputo: CEA-UEM; INLD, 1977.

CAHEN, Michel. Pontos comuns e heterogeneidades das culturas políticas nos Palops: um ponto de vista pós-colonial. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 62, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2015.

CAHEN, Michel. *Não somos Bandidos a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomáti (1983-1985)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS; UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (CEA-UEM). *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Coordenação Ruth Fisrt, Canções e entrevistas gravadas por Alpheus Manghezi. Maputo: CEA, 1995.

CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1-22, 2019.

DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. *Revista Antropologia*, v. 60, n. 3, p. 112-133, 2017.

FERNANDES, Carlos. *Dinâmicas de pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique pós-independente: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990*. 2011. 284 f. (Tese Doutorado Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FERNANDES, Carlos. Atualidade, urgência e coletivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (1976-1986). In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves (org.). *Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas* (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012.

FERNANDES, Carlos. Intelectuais Orgânicos e Legitimação do Estado no Moçambique Pós-Independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). *Afro-Ásia*, n. 48, p.11-44, 2013.

FIRST, Ruth. *Portugal's Wars in Africa*. London: International Defence and Aid Fund, 1971.

GASPAR, António. Segurança Nacional e Direito à Informação em Moçambique. *Boletim do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais; Instituto Superior de Relações Internacionais (CEEI/ISRI)*, ano 23, n. 2, p. 3-11, jul. 2015.

GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Tradução de Adelaide Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HANLON, Joseph. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Tradução de Maria de Lourdes Torcato. Maputo: Centro de Estudos Africanos; Imprensa Universitária da UEM, 1997. Coleção Nosso Chão.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

LALÁ, Anícia. Dez Anos de Paz em Moçambique: da visão normativa à perspectiva realista. *Estudos Moçambicanos*, n. 20, p. 19-40, 2002.

LUNDIN, Iraê. Reflexões Pessoais sobre o Processo de Paz em Moçambique. *Boletim do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais; Instituto Superior de Relações Internacionais (CEEI/ISRI)*, ano 23, n. 2, p. 21-31, jul. 2015,

MANNHEIM, Karl. O Problema de uma Sociologia do Conhecimento. Tradução de Mauro Gama e Ina Dutra. In: MANNHEIM, Karl; MERTON, Robert; MILLS, Wright. *Sociologia do Conhecimento*. Organização e Introdução de Antônio Bertelli, Moacir Palmeira e Otávio Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-80.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2. ed. Tradução de Sérgio Santeiro, revisão de César Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Organizada por Marialice Foracchi, Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes, seleção e revisão técnica de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1982.

MINTER, William. *Os Contra do Apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Tradução de João Paulo Borges Coelho. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. 1. ed. Moçambicana, Tradução de Maria da Luz Dias. Maputo: CEA, 1995. Coleção Nosso Chão.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato, revisão de Kenneth Thompson. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

SHIKHANI, Rafael. *Partido, Poder, Estado: uma interpretação das origens da Guerra Civil*. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2006.

SHIKHANI, Rafael. Mozambique: post-war socio-economic and political challenges. *Situation Report*, Institute for Security Studies, p. 1-10, Apr. 2012.

VIEIRA, Sérgio. Vectores da Política Externa da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1975). *Estudos Moçambicanos*, n. 7, p. 28-55, fev. 1990.

ZACARIAS, Agostinho (ed.). *Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: ISRI, 1991.

Informações institucionais coletadas em Sites eletrônicos

ISRI. *O CEEI*. Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Disponível em: <https://ujc.ac.mz/ceei/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 220-247. ISSN: 1808-8031

ISRI. *Instituto Superior de Relações Internacionais*: Informação Institucional. Disponível em: <https://www.mzformativa.com/pt/centros/instituto-superior-de-relacoes-i>. Acesso em: 1 jul. 2024

Jornais

REFORMAS nas FADM para adaptar a tropas estrangeiras em Cabo-Delgado: alguns comandantes das FADM estão irritados com a propaganda ruandesa. *Jornal Zambeze*, Maputo, 5 ago. 2021. Destaques, p. 2-3.

Leis

MOÇAMBIQUE (REPÚBLICA POPULAR DE). Decreto nº 1/86 cria na cidade de Maputo, o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Suplemento. *Boletim da República*. Publicação Oficial da República Popular de Moçambique. Maputo, 5 fev. 1986.